

---

## **Jornalismo humanizado e anticapacitista como instrumento de acolhimento à diversidades: relato e reflexões teórico-metodológicas sobre processo de entrevistas de livro-reportagem<sup>1</sup>**

Sabryna Moreno da SILVA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### **RESUMO**

Este artigo reúne reflexões acerca de teorias e métodos para aplicar o jornalismo humanizado no cotidiano da profissão, em busca de um fazer jornalístico inclusivo e diverso. O capacitismo, termo utilizado para designar a discriminação sofrida por pessoas com deficiência, é um problema estrutural que impacta, inclusive, o modo como os jornalistas retratam e interagem com a comunidade PCD. Para transparecer essa perspectiva, apresenta-se um breve relato sobre o processo de construção do livro-reportagem “Vidas transbordantes: histórias reais de pessoas com deficiência”, composto por perfis produzidos com base no jornalismo humanizado e, consequentemente, em técnicas de entrevistas que se baseiam na premissa do “diálogo possível” de Cremilda Medina, bem como em demais teóricos dessa vertente.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo humanizado; pessoas com deficiência; jornalismo literário; entrevistas; livro-reportagem.

### **Considerações iniciais**

O presente artigo é resultado de reflexões alcançadas a partir da produção de um livro-reportagem composto por perfis jornalísticos de pessoas com deficiência. Intitulado “Vidas transbordantes: histórias reais de pessoas com deficiência”, o trabalho experimental teve como objetivo geral mostrar que é possível e preciso contar histórias de pessoas com deficiência fora da caixa rotulada de “histórias de superação”, respeitando suas narrativas, pautas e subjetividades enquanto seres humanos.

Para isso, foram estabelecidos princípios para todo o processo de produção, especialmente as entrevistas. O propósito era ouvir as pessoas protagonistas, cada uma com suas individualidades e representatividade, para compartilhar seus relatos acerca de temas comuns, mas que raramente são abordados por elas na grande mídia, como por exemplo: gênero, sexualidade, maternidade/paternidade, feminismo, raça e etnia.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFG), email: [sabrynamoreno@discente.ufg.br](mailto:sabrynamoreno@discente.ufg.br)

Em suma, este artigo utiliza conceitos de autores como Cremilda Medina em sua obra “Entrevista: O diálogo possível”, unidos à conclusões feitas durante o processo de construção do livro, para mostrar e promover reflexões sobre como é preciso que os jornalistas pratiquem a sensibilidade e exerçam o papel de “escutadores”, sem induzir perguntas tendenciosas, que, no âmbito de assuntos relacionados à deficiência, reforçam o sistema capacitista, além da necessidade de buscar por fontes que sejam também representativas de suas diversidades.

Este artigo valoriza a premissa de que as trocas de conhecimento e experiências com alternativas ligadas ao jornalismo humanizado, a fim de reconfigurar certas condutas da profissão e contribuir com a busca por mais inclusão social, são importantes durante o processo de pesquisa em comunicação. Por isso, aqui, são compartilhadas teorias e metodologias que sustentaram o livro-reportagem *Vidas transbordantes*, além de relato sobre a jornada de entrevistas e interações com os protagonistas perfilados.

### **Marginalização, estigma e capacitismo: marcas na trajetória PCD**

A história de pessoas com deficiência, em todas as civilizações, é marcada por feridas deixadas pela discriminação e segregação social. Na Antiguidade, qualquer pessoa com deficiência era considerada sub-humana, sem direitos básicos, inclusive à vida, já que crianças que nasciam com alguma deficiência eram mortas ou abandonadas logo ao nascerem. Na Idade Moderna, como o avanço de estudos científicos, a forma de reconhecer a pessoa com deficiência na sociedade mudou em alguns aspectos. Não mais consideradas “seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados” (Monteiro et al, 2016, p. 223), começavam a receber o mínimo: reconhecimento como seres humanos.

As manifestações políticas do final dos anos 1970 no Brasil tiveram participação autônoma de muitas pessoas com deficiência, que conseguiram chamar a atenção de algumas instituições para a importância da inclusão. Em 20 de dezembro de 1971, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou aquilo que chamavam de Declaração de Direitos dos Deficientes Mentais, e que, segundo, Fonseca

---

(1987, p.11), marcou o momento em que a pessoa com deficiência começa a ser vista como “uma pessoa com direitos”.

Nesse caminho de conquistas do movimento político das pessoas com deficiência, em 2006 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. No ano seguinte, em 30 de março de 2007, o Brasil assinou os documentos em Nova York, na sede da ONU, registrando um marco histórico do primeiro tratado de direitos humanos tornado constitucional no Brasil.

Apesar das transformações sociais a respeito do lugar ocupado pela pessoa com deficiência, ainda hoje um cenário de sociedade verdadeiramente inclusiva, acessível e igualitária é uma expectativa distante. Frequentemente, pessoas com deficiência têm suas narrativas e vivências limitadas a símbolos de superação, super-heróis, anjos, ou, em outro extremo comum, são representados como incapazes, infelizes, entre outros estigmas frequentemente reproduzidos pela sociedade. Quando não são marginalizadas, são divinizadas, mas raramente humanizadas.

Avanços culminaram na gradual evolução da terminologia utilizada para referir-se a pessoas com deficiências, desde termos depreciativos. Os avanços das civilizações até aqui fizeram com que o lugar ocupado pela pessoa com deficiência evoluísse aos poucos, mesmo que engatinhando. Sasaki (2014) faz um resgate histórico sobre os termos usados para se referir a elas, que já foram geralmente chamadas de “incapacitadas” e “defeituosas”, até começarem a aparecer como “deficientes”, “portadoras de deficiência”, “pessoas com necessidades especiais”, “pessoas especiais”, e, enfim, “pessoas com deficiência”, termo defendido até o momento. Entretanto, a ideia de “pessoas especiais” ainda permeia em sociedade, e, por sinal, é uma das responsáveis pela rotulação da pessoa com deficiência como “anjo” ou “super-herói”.

Em síntese, um processo de observação das vivências das pessoas com deficiência, mesmo que breve, revela um percurso marcado por marginalização ao longo das civilizações. Entretanto, mesmo com essas transformações, a sociedade ainda não atingiu plenamente o objetivo de inclusão, acessibilidade e equidade para as pessoas com deficiência. A jornada, embora com progressos, ainda é um trabalho em andamento. Exige, nesse sentido, uma abordagem holística e uma ampla

---

conscientização para erradicar os estigmas arraigados e alcançar uma coexistência mais justa e que acolha todas as diversidades e subjetividades dos indivíduos.

A discriminação e marginalização de pessoas com deficiência, assim como a redução de seus corpos a mera objetificação, recebe o nome de capacitismo. O termo foi sugerido por Anahí Guedes de Mello com o propósito de traduzir o conceito de *ableism*, expressão em língua inglesa que denota a segregação e o preconceito social direcionados a pessoas com deficiência, uma vez que não havia, na língua portuguesa, um termo correspondente.

A existência de um termo para categorizar um fenômeno de natureza social contribui para a eficácia e disseminação das discussões, portanto, a adoção do conceito "capacitismo" no Brasil foi motivada, entre outros fatores, pela "demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência" (Mello, 2016, p. 3267).

A cultura do capacitismo reflete um histórico de obscuridade, que tem como fundamento colocar a condição de deficiência à frente da individualidade da pessoa, constantemente com o intuito de categorizar os corpos que se desviam das normas estabelecidas. Goffman (1998) conceitua "estigma" como a discriminação enfrentada por quem é diferente em sociedade, sendo reduzido a alguém fraco e defeituoso, como se não tivesse os requisitos para ser plenamente aceito.

Para o autor, não basta que indivíduos estigmatizados se relacionem e interajam com outras pessoas na esfera social, pois o primeiro contato tende a ser sempre carregado de estereótipos. Para evitar a segregação, o indivíduo é compelido, segundo ele, a se submeter a um processo de aceitação, de figuração, para conseguir se encaixar nos padrões.

Em suma, o capacitismo é um preconceito social enraizado, presente desde momentos sutis do cotidiano até situações mais complexas. Ele está para as pessoas com deficiência assim como o racismo está para pessoas negras, como reflete Campbell (2001). Além das lacunas em inclusão e acessibilidade, a representação de pessoas com deficiência ainda traz consigo a conotação de uma configuração estereotipada e estigmatizante, inclusive nos meios de comunicação, especialmente no âmbito jornalístico, como apresentaremos a seguir.

---

## **Humanização da relação entre jornalista e personagem**

Instrumento imprescindível para a conexão de diversidades em condições de cidadania é a comunicação. Signates e Moraes (2019, p. 23) compreendem cidadania como “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social”. Os autores propõem reflexão acerca de tipos de cidadania ligados à noção de comunicação. Em resumo, uma das noções se refere à cidadania como argumento e instrumento de comunicação para alcançar direitos de uma sociedade. Outra reflete sobre a negação da cidadania, como incomunicabilidade, partindo do conceito de subcidadania, ligado ao silenciamento do sujeito em situação de invisibilidade social. Portanto, “negar a comunicabilidade a um sujeito, dentro de uma sociedade de direitos, é negar-lhe a própria cidadania” (SIGNATES; MORAES, 2019, p. 33).

Dentro da ampla comunicação, o jornalismo origina-se de uma cultura composta por uma “constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias” (Traquina, 2005, p. 36). Nesse sentido, a forma como o jornalista interage e entrega a mensagem à sociedade depende de como ele enxerga o mundo ao seu redor e como se constrói como indivíduo. Sob essa ótica, segundo Soares (2009, p. 80), “se a imprensa reflete a sociedade, deve observá-la em todos os seus desdobramentos” (apud Xavier, 2020, p. 32).

É comum, ainda, notar que a linguagem de conteúdos publicados pela imprensa ainda reforça o sistema capacitista e estigmatizando, de certa forma, reforça os preconceitos e a segregação social. A partir da teoria Corpomídia de Katz e Greiner (2005, p. 2), pode-se dizer que “a linguagem nasce da segregação. A prática de nomear, que depende da eficiência do ato de classificar, nos treina a condicionar a comunicação ao seu exercício”. Para além disso, alguns caminhos parecem mostrar que a segregação também pode nascer da linguagem, já que, como Sasaki (2002, p. 1) reforça ao falar de pessoas com deficiência, “na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação”.

É preciso que o jornalismo se coloque à disposição para estar próximo às reivindicações de comunidades diversas, com atenção especial àquelas marginalizadas. Segundo Aranha (2001, p. 64), “o movimento pela integração do deficiente é um produto de nossa história. Precisamos, entretanto, apreender seu significado real para

---

que possamos efetivá-lo como instrumento de transformação da sociedade”. Pensando acerca dessa problemática, a compreensão popular acerca de inclusão social não deve estar atrelado à ideia estigmatizante da deficiência como um “apesar”, e os veículos midiáticos são determinantes nessa transformação.

O jornalismo humanizado é uma abordagem da prática jornalística que coloca o ser humano no centro das histórias e notícias, priorizando a empatia, a compreensão e a dignidade. Em contrapartida ao estilo tradicional de relatar fatos de maneira distante e objetiva, este é um instrumento para que o jornalista possa conectar-se com as experiências e emoções das pessoas envolvidas nas histórias, a fim de proporcionar uma visão mais completa e sensível dos acontecimentos.

Para Ijuim e Sardinha (2009), o jornalismo humanizado é a prática jornalística que busca retratar a subjetividade do ser humano. Sob essa ótica, o comunicador, quando busca a essência dos indivíduos que têm suas histórias contadas,

Atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. Se busca a compreensão, conta com observação objetiva, mas para isso recorre a um caráter humano nato, a subjetividade, o fundo intimista capaz de tornar a narração viva – humana. A observação e a expressão dessa compreensão, assim, dispõem dos recursos de todos os órgãos dos sentidos, que envolvem emoções, afetividades - subjetividades. (Ijuim; Sardinha, 2009, p. 171)

Em 2016, a ONG Think Olga lançou um manual online, direcionado a profissionais da imprensa, em busca de um “jornalismo humanizado”, e dividido em cinco partes, sendo uma delas desenvolvida por Adriana Dias, coordenadora do Comitê “Deficiência e Acessibilidade” da Associação Brasileira de Antropologia. O material reúne exemplos negativos e positivos de veículos jornalísticos ao falar sobre pessoas com deficiência. Um dos exemplos dados como negativo se refere ao uso do termo “deficiente”, que deveria ser trocado por “pessoa com deficiência”. Para explicar a importância dessas substituições, o Manual da Mídia Legal (2002) exemplifica que, em nenhuma matéria, o jornalista caracterizaria o personagem como “o gordo”, “o careca”. “A palavra deficiente não deve ser usada como substantivo (‘os deficientes jogam bola’), mas pode ser usada como adjetivo” (Gente, 2002, p. 40).

No início da década, Vivarta (2003, p. 9) afirmava: “Jornalistas brasileiros ainda têm muitas dúvidas sobre como abordar as temáticas associadas à Deficiência em suas

---

matérias - talvez por isso as evitem tanto”. De lá pra cá, a imprensa passou a representar as pessoas com deficiência com mais frequência, mas ainda, em sua maioria, mantendo-se presa a casos de superação, como se as pessoas não passassem de personagens que, devido aos estigmas, são vistas na sociedade como fardos, sem expectativa de vidas normais, então servem única e exclusivamente para terem status de heróis, símbolos de inspiração, ou então, reforçando a marginalização, são retratados como “coitados”.

Diante desse contexto, é preciso que o jornalismo, ao se reconhecer enquanto instrumento de formação social, faça elucidações sobre a forma como as pessoas, em meio a suas diversidades, são representadas nos mais diversos conteúdos midiáticos e de informação. Para contar uma história real, é preciso estar atento às subjetividades do personagem - um indivíduo que vive em sociedade e tem suas vivências particulares a partir das diversidades das quais faz parte. Nesse sentido, valoriza-se a escuta como um poder que estabelece relação positiva entre os dois lados - o comunicador e o sujeito protagonista, o pesquisador e o pesquisado.

A entrevista construída por meio de técnicas de jornalismo humanizado preza pelo cuidado com aspectos como esses. Segundo Medina (2008), a entrevista tem e deve ter por base o diálogo. Não deve ser vista apenas como uma técnica de coleta de informações, pois, dessa forma, não valoriza a comunicação humana. Por meio do encontro entre subjetividades, o repórter deve buscar o “diálogo possível” (Medina, 2008), e isso é feito a partir do nível de sensibilidade.

Nesse sentido, é preciso romper com certas limitações das rotinas industriais da produção de notícias, “superar a superficialidade das situações sociais e o domínio dos protagonistas oficiais” (Medina, 2003, p. 92). Ainda de acordo com Medina (2008), a entrevista permite a interação social e pode ser um instrumento de rompimento de isolamentos entre grupos, indivíduos e sociedade. É nesse caminho que a escuta é valiosa para a pluralidade e reverberação de vozes, bem como a distribuição democrática da informação.

Nas rotinas das redações, a preocupação com a industrialização das produções jornalísticas é capaz de fazer com que os produtos sejam semelhantes uns aos outros, que as notícias não sejam mais do mesmo em seus formatos e estruturas, e, até mesmo, que as fontes de informação não sejam plurais como deveriam ser — haja vista que a

---

pressa do cotidiano do jornalismo diário não permite que sempre haja tempo para buscar fontes plurais e diversas, então ele permanece no ócio dos “definidores primários”, “entrevistados de plantão” (Pena, 2007, p. 50). Nesse sentido, “é preciso abandonar o conforto das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano” (Medina, 2003, p.40).

O jornalismo literário é um caminho propício para o exercício de um jornalismo humanizado. Aqui, considera-se o jornalismo literário não como um gênero jornalístico, mas como um recurso, um conceito que pode ser instrumento de gêneros como o jornalismo televisivo ou o impresso. Nesse sentido, a defesa é de que este recurso pode ser utilizado em vários âmbitos, gêneros e formatos jornalísticos.

De toda a pressa característica do factual, nasceram inquietudes, como pela ausência de tempo e recursos para produzir materiais mais humanizados e com profundidade. O jornalismo literário é um exemplo contrário ao jornalismo diário convencional, pois tem como preocupação ultrapassar as barreiras que impõem o cotidiano das redações, e assim poder produzir informações de forma mais aprofundada.

É importante salientar que o conceito não é ligado apenas ao escape das limitações do jornalismo diário, mas, na verdade,

Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. (Pena, 2007, p. 48).

O jornalismo literário, portanto, de acordo com autores como Pena (2007) e Vilas Boas (2003), é uma filosofia/técnica jornalística que foge das fórmulas e da rigidez das estruturas industriais de pirâmide invertida, com leads e subleads, e utiliza procedimentos da literatura para suas narrativas. Nesse sentido, para Lima (2009), o livro-reportagem é como o fruto do casamento entre jornalismo e literatura, um produto não periódico com reportagens mais amplas do que as costumeiramente produzidas pela imprensa periódica.

Como o autor explica, o livro-reportagem se diferencia das demais publicações classificadas como livro por três principais aspectos. O primeiro é o conteúdo, já que a essência do livro-reportagem é representar o real. O segundo aspecto essencial é o tratamento, referente à linguagem, montagem e edição do texto, desde as técnicas até os



---

recursos utilizados na produção do conteúdo, isso porque o livro-reportagem é um produto, acima de tudo, jornalístico. A terceira característica principal do livro-reportagem é referente à sua função de informar, orientar e explicar.

De modo geral, o livro-reportagem é o exemplo palpável do jornalismo literário, e, naturalmente, busca entregar ao público a informação de forma mais perene, imersiva e, conseqüentemente, humanizada e poética. Lima (2009), partindo pelo pressuposto de que o jornalismo tem como função informar e orientar, afirma que, então, cabe ao livro-reportagem informar e orientar com profundidade, sendo ele um instrumento que complementa a função do jornalismo.

O perfil é um formato de jornalismo literário, um produto de jornalismo interpretativo, segundo Marques de Melo (2016), que apresenta descritivamente o personagem, possibilitando que o leitor interprete seu comportamento (Dias et al, 1999). Silva (2010) descreve que “o perfil aparenta ser um formato jornalístico adequado para entendermos a sensibilidade presente na vida cotidiana sem fugir da proposta e do estilo do jornalismo”. Nesse sentido, por se tratar de uma narrativa jornalística humanizada, a produção de conteúdos que atravessam os limites do imediatismo e do factual, como o perfil, exige não só criatividade e técnicas, mas também sintonia com o perfilado e, principalmente, escuta sensível.

Os perfis cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor. Acredito que a empatia também facilita o autoconhecimento (de quem escreve e de quem lê). (VILAS BOAS, 2003, p. 14)

Foi nesse contexto que o livro-reportagem *Vidas transbordantes: histórias reais de pessoas com deficiência*, que será apresentado no próximo tópico, foi produzido. O jornalismo humanizado, portanto, não se propõe apenas a produzir textos diferenciados, com linguagem que usufrui dos recursos da literatura, que valoriza personagens. Mais que isso, busca a essência das ações humanas – é um olhar, uma perspectiva, um ponto de partida diferenciado (Alves, 2008, p. 2). Essa busca deve ser foco desde os princípios da produção de um conteúdo jornalístico, especialmente no processo de entrevistas, quando o entrevistador e o entrevistado mantêm um contato direto e de troca.

---

## Construção de perfis do livro-reportagem

Como já foi introduzido, “Vidas transbordantes: Histórias reais de pessoas com deficiência” é um livro-reportagem composto por seis perfis de pessoas com deficiência, focado no protagonismo de cada uma das vidas relatadas. Cada um dos personagens, de idades e localizações geográficas diferentes, têm suas histórias contadas a partir da perspectiva da coadjuvante, a escritora. Portanto, é uma produção que ilustra e narra o encontro da autora com vidas que sempre estiveram ao seu redor, mas, devido ao sistema capacitista que atua de modo velado e estrutural, frequentemente são reduzidas aos símbolos estereotipados.

Foram realizadas entrevistas com cada um dos perfilados, realizadas por videoconferência, principalmente devido à distância geográfica. Houve também as conversas circunstanciais via Whatsapp e e-mail, algumas delas relatadas nos perfis, demonstrando também uma construção afetiva de proximidade da autora com os personagens.

Por mais que, dentro do campo das metodologias científicas e do jornalismo, haja a afirmação plausível de que a entrevista deve ser feita presencialmente para que alcance a profundidade necessária, prezou-se pela ideia de que “a entrevista virtualmente conduzida pode ser frutífera e até necessária, desde que as condições de sua produção sejam discutidas metodologicamente em termos de como elas impactaram o resultado final do relato” (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 20). É possível, dessa forma, quebrar os limites físicos e geográficos e ouvir relatos diversos e representativos que estão em várias regiões do país — o que não seria viável presencialmente.

O trabalho, portanto, narra não somente o encontro de uma jornalista com entrevistados, mas, mais do que isso, o encontro de um indivíduo com outros, todos eles diferentes com suas subjetividades. As entrevistas foram guiadas por perguntas semiestruturadas, que, dependendo do curso tomado pela conversa, se transformavam em não estruturadas. Uma das premissas do trabalho foi que a deficiência não fosse o principal assunto, pelo menos não de maneira forçada pela entrevistadora, como é o costume.

Partindo pelo princípio de que a deficiência é uma forma de diversidade humana, ela também modifica a forma como o indivíduo interage com o mundo e a sociedade, portanto, não há a necessidade de introduzir perguntas sobre a deficiência, haja vista

que o foco são as vivências. Nesse sentido, é fato que a deficiência atravessa o modo como a PCD se percebe em sociedade, entretanto, é a partir de suas subjetividades que esse fenômeno se apresenta, não sendo ideal a indução ao foco neste assunto.

Portanto, em todas as conversas, as perguntas feitas foram, principalmente, sobre infância, sonhos, realidade, propósitos e vida atual. Foi colocado como objetivo que as entrevistas não soassem formais para os entrevistados. Como definição, especialmente para situá-los, a intenção era que as conversas se parecessem como diálogo entre amigos, em prol da naturalidade e do conforto de cada um dos personagens ao compartilhar suas histórias de felicidade, mas também de tristeza.

Sobretudo, a estrutura das entrevistas seguiu premissas jornalísticas, principalmente para que cada uma delas tivesse profundidade, focando não somente em acontecimentos, mas na pessoa entrevistada, com foco na representação do mundo construído por ela, em atividades desenvolvidas em seu dia a dia, em sua maneira de ser e agir, bem como em outros aspectos de sua vida (LAGE, 2001).

Um dos objetivos, desde o princípio, era também trazer uma pluralidade de histórias, cada uma com suas especificidades. Além dos aspectos sociais, foi levado em conta a representatividade geográfica, pois a forma de vida também é moldada pelo espaço ao redor. Portanto, aproveitando as possibilidades de conversas à distância no mundo das telas digitais, todos os personagens moram em cidades diferentes da autora. Na tabela a seguir, apresenta-se o resumo de cada um dos personagens:

**Tabela 1:** Entrevistados

<b>NOME</b>	<b>RESUMO</b>
Lelei Teixeira	Jornalista, mora em Porto Alegre (RS). Escritora de um livro chamado “E fomos ser gauche na vida”, que conta as histórias dela e de sua irmã, Marlene, duas mulheres com nanismo que se apoiaram durante a vida inteira. Em 2015, Marlene morreu de câncer. Era um sonho das duas produzir um livro, que foi escrito somente por Lelei após a morte da irmã.
Amanda Soares	Baiana, escritora, atriz, professora, pesquisadora em Literatura, modelo e fã de Maria Gadú. Mas, especialmente, criadora de conteúdo na internet. Ela diz que milita pelo amor, pois ele não é acessível a ela como é

	para pessoas sem deficiência.
Kilma Coutinho	Artista plástica recifense, autodidata desde a infância, Kilma chama sua arte de “arte surda”. Como uma mulher surda, defende a valorização da cultura surda a partir de todos os tipos de artes. Kilma se inspira em mulheres como Frida Kahlo, e sempre desenha pessoas. Quando desenha objetos, são somente elementos da obra, mas sempre desenha mãos, flores saindo das orelhas, como uma forma de expressão também.
Carol Cardoso	Amapaense, membro do podcast Introvertendo, o primeiro feito por autistas e para autistas. Ela era somente fã do podcast, mas, após fazer uma sugestão de pauta, passou a participar como locutora e produtora. Carol é também arquiteta.
Fábio Sousa (Tio .faso)	Descobriu ser autista recentemente, já na vida adulta, dos 36 aos 38 anos. Tudo começou com uma atitude de sua esposa. O diagnóstico deu respostas sobre muitas coisas que Faso não conseguia entender sobre si mesmo. Ele é bonequeiro, tem uma marca chamada .marcamaria, faz bonecos com tanto carinho que sempre o entregam como se fossem seres humanos (com certidão de nascimento e tudo mais).
Kanhu Raka Kamayurá	Indígena cadeirante, nasceu no Parque do Xingu (MT), mas precisou ir embora para Brasília para se salvar, ainda quando criança. Ficou reclusa por anos no escuro, em uma cabana, para não ser morta. Apesar de ter sofrido muito, ela compreende que a prática faz parte da cultura, principalmente dos mais velhos, e faz questão de se manifestar contra a intervenção radical e a doutrinação de povos tradicionais com crenças ocidentais.

Fonte: Elaborado pelo AUTOR (2023)

Durante o processo de escolha das fontes, levou em conta a representatividade de cada um, em detalhes como: região em que vive, raça, etnia, sexualidade, gênero e profissão. Para além disso, é inevitável que, por se tratar de um livro protagonizado por pessoas com deficiência, seja definida uma estratégia para representar pessoas com vários tipos de deficiência, isso porque, viver em um corpo com deficiência física, por

---

exemplo, é diferente de viver num corpo com deficiência intelectual ou psicossocial, como o autismo, que, por vezes, podem passar despercebidas em sociedade, como é visto nas histórias de Carol e Tio .faso.

### **Considerações finais**

Este artigo, assim como o trabalho do livro-reportagem aqui brevemente relatado, é fruto da inquietação e incômodo ao se perceber enquanto parte de um sistema social que segrega corpos e mentes. Conteúdos jornalísticos ainda tratam PCDs com romantização e marginalização das pessoas, as quais frequentemente são retratadas como coitadas, anjos, crianças eternas ou fardos.

Acima de tudo, ver o capacitismo em si, enquanto ser social e profissional da comunicação, é o grande ponto de partida para pensar em alternativas humanizadas do jornalismo. Por mais singelos que pareçam os cuidados durante as entrevistas e demais interações com pesquisados/entrevistados, são estes que fazem a diferença na caminhada de entrega mútua entre os envolvidos.

O âmago dessa discussão reside em reconhecer o capacitismo inerente à própria postura, especialmente como profissionais de comunicação. Este reconhecimento serve como ponto de partida essencial para a busca de abordagens jornalísticas mais humanizadas e inclusivas. A valorização das perspectivas das PCDs requer uma abordagem que vá além dos estereótipos preconcebidos, enxergando essas pessoas como indivíduos complexos, com histórias únicas e visões de mundo distintas.

À medida que os profissionais da comunicação se esforçam para amplificar as vozes das PCDs, é essencial construir narrativas que reflitam suas experiências reais, conquistas e desafios, em vez de confiná-las a objetificações. Ao reconhecermos o papel crucial desempenhado na construção da narrativa social, torna-se imperativo adotar uma postura crítica e comprometida com a busca pela equidade e inclusão. Reflexões como essa visam a ampliação de possibilidades para um jornalismo mais compassivo e aberto a todas as vozes e suas diversidades.

### **REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho, 2001.

---

ALVES, Fabiana. **Jornalismo Humanizado: O Ser Humano Como Ponto de Partida e de Chegada do Fazer Jornalístico**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2008, Guarapuava.

CAMPBELL, Fiona K. **Inciting Legal Fictions: 'Disability's' date with Ontology and the Ableist Body of Law**. In: Griffith Law Review, vol. 10, n 1, p. 42-62, 2001.

DIAS, et. al. **Gêneros e Formatos na Comunicação Massiva Periodística: Um estudo do jornal “Folha de S. Paulo” e da Revista “Veja”**. Universidade Metodista de São Paulo. 1999.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial - Artes Médicas**, Porto Alegre, 1987.

GENTE, Escola de. **Manual da mídia legal: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade**. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

GREINER, Christine; KATZ, Helena. **Por uma teoria do corpomídia**. In: GREINER, Christine. O corpo: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

IJUIM, Jorge Kanehide; SARDINHA, Antonio Carlos. **Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística... e a busca por um jornalismo humanizado**. Comunicação & Sociedade, v. 30, n. 51, p. 155-176, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Editora Record, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 2009.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC. São Paulo: v.39, n.1, p.39-56. 2016.

MELLO, Anahi G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, Ciência e Saúde Coletiva**, 21(10), p. 3265 – 3276, jun. 2016.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

MONTEIRO, Carlos M. et al. **Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente**. Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y

---

Multiculturalidad. Vol. 2, Nº 3, p. 221-223, jun. 2016. Disponível em: . Acesso em: 01 jul. 2023.

PENA, Felipe. **O jornalismo literário como gênero e conceito**. Revista Contracampo. Dossiê: Comunicação e Documentários. n. 7. p. 43 – 58. Universidade Federal Fluminense, dez. 2007.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância**. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 27. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** Diversa, 2014. Disponível em: Acesso em: 28 ago. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. São Paulo: Revista Nacional de Reabilitação, 2002

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. **A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania**. Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. 2019.

SILVA, Amanda Tenório Pontes da. **A vida cotidiana no relato humanizado do perfil jornalístico**. UFSC: Estudos em Jornalismo e Mídia, Volume 7, nº 2. p. 403-412. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

VILAS BOAS, Sergio. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

VIVARTA, Veet (Org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2003. Acesso em: 28 ago. 2021.

XAVIER, Fernanda. **O olhar das pessoas com deficiência física sobre como o jornalismo aborda a inclusão social**. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2020.